

23
TERM OF
OFFICE

25
Oliver Röpke
Presidente do CESE

STAND UP FOR DEMOCRACY

SPEAK UP FOR EUROPE

MANIFESTO PARA 2023-2025



Comité Económico
e Social Europeu



Índice

DEFENDER A DEMOCRACIA Na UE	4
Aproximar os cidadãos	4
Assegurar o êxito das eleições europeias	5
Promover os valores fundamentais e o Estado de direito	5
DEFENDER A DEMOCRACIA Fora da UE	6
Portal da sociedade civil em prol da democracia e da prosperidade	6
Apoiar a diplomacia informal da UE em prol de sociedades civis fortes e resilientes	6
DEFENDER A EUROPA Uma voz mais representativa	7
Um fórum para a nova geração	7
Um fórum mais equitativo	8
DEFENDER A EUROPA Uma voz forte e com impacto	9
Uma instituição ouvida fora de portas	9
Uma instituição baseada em dados concretos e orientada para o futuro	10
OLIVER RÖPKE, PRESIDENTE DO CESE	
<i>Dar impulso à agenda social da UE e salvaguardar a competitividade sustentável no século XXI</i>	11
Dar impulso à agenda social da UE	11
Salvaguardar a competitividade sustentável no século XXI	12
PRIORIDADES POLÍTICAS SELECIONADAS COM BASE NOS CONTRIBUTOS DO SECRETARIADO	13
Acelerar a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	13
Participação dos jovens no domínio do clima e da sustentabilidade	13
Economia circular	14
Uma transição ecológica para a indústria europeia	14
Um esforço global para digitalizar a indústria europeia	14
Reforçar a competitividade global e a autonomia estratégica aberta da indústria da UE	15
Reformas para uma economia da UE resiliente	15
Concluir a União dos Mercados de Capitais e a União Bancária	15
Um quadro financeiro plurianual adequado para enfrentar os desafios do futuro, incluindo uma política de coesão forte	16
Recuperação económica e social do impacto da pandemia e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e do conseqüente aumento dos preços da energia e do custo de vida	16
Direitos fundamentais e Estado de direito	17
Migração	17
Uma vizinhança segura e estável	17
Trabalhar com parceiros em prol de sociedades justas e equitativas que respeitem os direitos humanos	18
Promover um comércio sustentável que seja benéfico para todos	18
Estudos e avaliações de políticas: por um trabalho consultivo do CESE mais baseado em dados concretos	18
Reforçar a competitividade da indústria europeia e apoiar a transição rápida para a neutralidade climática	19
Apoiar o empreendedorismo em todas as suas formas: PME e empresas da economia social	20
Capacitar os consumidores para a transição ecológica e digital	20
Para além da crise energética: alcançar uma segurança energética sustentável, justa e estratégica	20
O contributo das políticas de habitação para a coesão económica, social e territorial	21
Ecologização dos transportes: dar resposta às necessidades dos utilizadores, dos cidadãos e das organizações da sociedade civil	21





A liberdade, a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito figuram entre os valores fundamentais em que assenta a União Europeia (UE). Consagrados nos Tratados da UE, estes valores estão no cerne da identidade da União.

Porém, estes mesmos valores têm estado sob grande pressão nos últimos anos. A Europa enfrentou crises sem precedentes, que amplificaram as desigualdades sociais e económicas e abalaram a confiança dos cidadãos da UE nas instituições democráticas. Os nossos valores europeus não podem ser considerados um dado adquirido.

Neste período de provações, o apoio da sociedade civil enquanto voz dos cidadãos europeus é fundamental para reforçar a resiliência democrática e moldar o futuro da Europa. Ao mesmo tempo, a própria sociedade civil necessita de proteção reforçada. O espaço em que a sociedade civil opera está a diminuir cada vez mais, limitando a capacidade das organizações da sociedade civil para efetuarem o seu trabalho legítimo, tanto na UE como no resto do mundo.

Ao longo do próximo mandato, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) reforçará a sua posição única como ponte entre os cidadãos, a sociedade civil e as instituições da UE, agindo como uma verdadeira plataforma para um debate franco e inclusivo.

O CESE velará por que as portas da casa da sociedade civil europeia estejam abertas a um diálogo democrático significativo e baseado em dados concretos, integrando um vasto leque de intervenientes sociais, económicos, políticos, culturais e institucionais. No seu processo de tomada de decisões, o CESE procurará alcançar compromissos bem fundamentados, que reforcem a sua posição, e contribuir de forma significativa para as políticas da UE.

Deste modo, dará – juntamente com os seus parceiros institucionais e da sociedade civil — um contributo importante para uma UE mais resiliente, mais inclusiva e mais democrática, que inspire os seus vizinhos mais próximos, mas também os que estão mais distantes.

Ao mesmo tempo que se centra nestas novas prioridades, o CESE continuará a **trabalhar incessantemente no sentido de proporcionar a todos os europeus progresso social, económico e ambiental**, contribuindo de forma coerente para o programa de trabalho da Comissão Europeia e cooperando de forma eficaz com o Parlamento Europeu e o Conselho da UE.

Enquanto presidente recém-eleito, tenciono centrar-me nos seguintes pilares:

- *Defender a democracia na UE, promovendo os valores fundamentais e o Estado de direito, aproximando os cidadãos do CESE através do apoio à democracia representativa e direta e assegurando o contributo do CESE para o êxito das eleições europeias de 2024;*
- *Defender a democracia fora da UE, criando um verdadeiro portal da sociedade civil em prol da democracia e da prosperidade para os nossos vizinhos e parceiros e apoiando o desenvolvimento de sociedades civis fortes e resilientes na UE;*
- *Defender a Europa, tornando o CESE mais representativo, integrando no nosso trabalho as novas gerações e os grupos da nossa sociedade que estão sub representados;*
- *Defender a Europa, reforçando a qualidade da nossa comunicação e do nosso trabalho prospetivo, tendo como eixo principal, nomeadamente, a prospetiva e as recomendações da Conferência sobre o Futuro da Europa, a fim de assegurar que o CESE continua a ser uma voz forte e significativa na democracia europeia.*

DEFENDER A DEMOCRACIA Na UE

Aproximar os cidadãos

Desde a sua criação, em 1957, o CESE tem sido um pilar da democracia participativa, proporcionando uma plataforma para que os cidadãos e as partes interessadas façam ouvir a sua voz no processo de decisão da UE. A democracia participativa e deliberativa foi amplamente debatida na Conferência sobre o Futuro da Europa, e os cidadãos manifestaram o seu desejo de ter uma influência estrutural no programa de trabalho anual e nas prioridades políticas da UE, podendo o CESE desempenhar um papel crucial a este respeito.

O papel da sociedade civil na manutenção de uma democracia que funcione é absolutamente essencial. A democracia participativa não só complementa a democracia representativa, mas é simultaneamente um elemento constitutivo desta última.

Na qualidade de presidente recém-eleito do CESE, tenciono:

- *Criar painéis de participação dos cidadãos no CESE na perspetiva das eleições para o Parlamento Europeu de 2024, que contribuiriam para uma resolução transversal de todas as secções do CESE em que se incluíam as principais reivindicações do CESE para o novo Parlamento Europeu e a nova Comissão Europeia («Manifesto do CESE para as Eleições de 2024»);*
- *Lançar as bases para a utilização regular de painéis de participação dos cidadãos no trabalho quotidiano do CESE após as eleições para o Parlamento Europeu em 2024;*
- *Revitalizar a participação ativa do CESE nas iniciativas de cidadania europeia enquanto instrumento bem-sucedido para integrar os cidadãos no processo de decisão da UE e proporcionar aos cidadãos uma plataforma democrática para influenciar a legislação da UE.*

A democracia participativa complementa a democracia representativa (o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais) e a democracia direta (Iniciativa de Cidadania Europeia). Durante o meu mandato, velarei pelo reforço da posição do CESE enquanto plataforma verdadeiramente abrangente e orientada para o futuro.

Assegurar o êxito das eleições europeias

O novo mandato do CESE inicia-se pouco tempo antes de um momento fundamental da democracia europeia: as eleições para o Parlamento Europeu. As eleições serão um marco democrático crucial, estando no topo da agenda desafios europeus fundamentais, como o Pacto Ecológico Europeu, o aumento do extremismo e do populismo, o Estado de direito, o futuro da governação económica num contexto de desigualdades crescentes e os desafios decorrentes das incertezas geopolíticas.

Sem as salvaguardas e medidas adequadas, estas eleições podem constituir um terreno fértil para a disseminação de desinformação, propaganda e ciberataques que visam influenciar os votos dos cidadãos e desestabilizar os nossos processos democráticos. Os desafios organizacionais para combater a desinformação são múltiplos e envolvem diversos intervenientes, incluindo a sociedade civil. As conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa, durante a qual os cidadãos contribuíram para elaborar as recomendações, também constituem uma fonte de legitimidade para que o CESE desempenhe um papel ativo enquanto parceiro fundamental na preparação destas eleições.

Na qualidade de presidente recém-eleito do CESE, tenciono:

- *Assegurar uma participação sólida do CESE, juntamente com a sociedade civil, em atividades e campanhas interinstitucionais para aumentar a participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024;*
- *Apoiar as organizações da sociedade civil na sua luta para defender a democracia e combater a desinformação e a influência estrangeira dissimulada, apoiando o pacote para a defesa da democracia proposto pela Comissão e adotando medidas para a sua aplicação antes das eleições europeias;*
- *Apoiar a Comissão Europeia na supervisão de plataformas em linha de grande dimensão a fim de atenuar os riscos sistémicos para os processos democráticos e eleitorais.*

Promover os valores fundamentais e o Estado de direito

Os representantes da sociedade civil a nível nacional apelam para a adoção de medidas fortes da UE em matéria de valores fundamentais e Estado de direito. Solicitam que a UE apoie o papel da sociedade civil enquanto defensora da democracia e incentive os poderes públicos a agirem no sentido de aumentarem a qualidade dos quadros relativos ao espaço cívico, ao financiamento, à liberdade de expressão, à liberdade dos meios de comunicação social, à litigância de má-fé contra jornalistas e defensores dos direitos e à não discriminação.

Ao longo do novo mandato, promoverei sistematicamente a democracia, os direitos fundamentais e o Estado de direito como princípios orientadores em todas as atividades. Tal diz respeito aos trabalhos do CESE, às suas interações com as instituições europeias e a sociedade civil, às relações internacionais do CESE, mas também a todas as iniciativas políticas, eventos e publicações do CESE. A redução do espaço da sociedade civil traduz-se na limitação da democracia, algo que não se pode aceitar.

Na qualidade de presidente recém-eleito do CESE, tenciono:

- *Apoiar um mandato renovado e forte do Grupo para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito do CESE, com vista a sensibilizar a opinião pública para o trabalho crucial realizado por este grupo e reforçar o papel de vigilância desempenhado pela sociedade civil;*
- *Promover um «teste de saúde da sociedade civil do CESE» para acompanhar ativamente os acontecimentos que afetam a sociedade civil nos Estados-Membros da UE e nos países candidatos.*

DEFENDER A DEMOCRACIA

Fora da UE

Portal da sociedade civil em prol da democracia e da prosperidade

O futuro da União Europeia está profundamente interligado com a estabilidade e a prosperidade dos nossos vizinhos da Parceria Oriental e dos Balcãs Ocidentais. O CESE continuará a promover a paz, a estabilidade e a integração nesses países.

Face à pressão exercida atualmente pela Rússia sobre a Ucrânia, a Moldávia, a Geórgia e outros países, reforçarei as nossas parcerias e promoverei uma maior interligação entre as nossas sociedades civis, que são o coração das democracias.

Ao atuar como um verdadeiro portal da sociedade civil para estes países, o CESE poderá apoiá-los e capacitá-los para lutarem pela liberdade, pela democracia e por uma integração mais estreita. Prestará o apoio necessário no âmbito do processo de alargamento para os ajudar a reforçar os respetivos sistemas socioeconómicos e democráticos, a fim de se alinharem com as normas da UE decorrentes do mercado único, do Pacto Ecológico e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Na qualidade de presidente recém-eleito do CESE, tenciono:

- **Promover pessoalmente os contactos de alto nível com os países candidatos, como os parceiros dos Balcãs Ocidentais, a Ucrânia e a Moldávia, no âmbito do processo de alargamento, e promover o trabalho das nossas plataformas comuns da sociedade civil;**
- **Pela primeira vez, envolver os representantes da sociedade civil dos países candidatos à adesão à UE no trabalho consultivo regular do CESE, nomeando membros honorários dos países do alargamento para participarem, em especial, no processo de elaboração de pareceres fundamentais.**

Apoiar a diplomacia informal da UE em prol de sociedades civis fortes e resilientes

As batalhas de valores e de narrativas têm lugar à escala mundial, com diferentes países e regiões a competir por maior influência. É fundamental que a UE promova e defenda os valores consagrados nos Tratados da UE, não só internamente, mas também fora da UE. O CESE mobilizará a sua rede de contactos da sociedade civil para reforçar a sua diplomacia baseada em valores, abrangendo domínios como as alterações climáticas, a cultura e os assuntos sociais e económicos a nível mundial.

Na qualidade de presidente recém-eleito do CESE, tenciono:

- **Promover pessoalmente a cooperação com organizações internacionais ao mais alto nível (por exemplo, Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial do Comércio);**
- **Promover os valores fundadores da UE através da capacidade de influência (nos domínios da cultura, da energia e do clima, bem como da diplomacia azul), contribuindo para cartografar as ações e iniciativas existentes, reforçando o diálogo e a cooperação com as organizações da sociedade civil em países terceiros nestes domínios e elaborando pareceres específicos.**

DEFENDER A EUROPA

Uma voz mais representativa

O CESE é um fórum em que os cidadãos e as partes interessadas podem expressar as suas opiniões no contexto do processo de decisão da UE. Durante o próximo mandato, basear-me-ei nas nossas realizações e emvidarei esforços a fim de aumentar o âmbito da representatividade do CESE, alargando a nossa base de partes interessadas e capacitando os novos intervenientes para contribuírem para as políticas da UE.

Um fórum para a nova geração

As decisões de hoje visam construir um futuro promissor e justo para as gerações vindouras. Neste contexto, é imperativo que os jovens se pronunciem sobre as decisões que os afetarão imediatamente e no futuro. Devem dispor de uma plataforma que lhes permita expor as suas preocupações e necessidades.

Por conseguinte, durante o meu mandato, procurarei envolver mais ativamente os jovens no processo de elaboração de políticas, da forma que considerarem mais adequada, bem como realizar um acompanhamento e uma avaliação minuciosos das propostas do CESE no que diz respeito ao seu impacto na vida dos jovens.

Na qualidade de presidente recém-eleito do CESE, tenciono:

- ***Criar um Grupo Eventual do CESE para a Juventude sobre a participação dos jovens, com o mandato específico de prosseguir os trabalhos iniciados pelo Grupo de Coordenação do Ano Europeu da Juventude;***
- ***Utilizar a página Web do CESE dedicada à juventude como instrumento para apresentar e promover ações concretas e atividades organizadas pelo CESE e pelos seus membros;***
- ***Começar imediatamente a aplicar a avaliação da perspectiva dos jovens pela UE nos pareceres do CESE, trabalhando em estreita colaboração com as secções e a CCMI para garantir que os pareceres do CESE refletem as perspectivas dos jovens em todos os domínios políticos;***
- ***Alargar o papel dos delegados da juventude do CESE no trabalho quotidiano do Comité, seguindo o exemplo da sua participação bem-sucedida na delegação do CESE à Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas;***
- ***Reforçar as atividades do CESE no domínio da juventude sob a égide da iniciativa emblemática do CESE «A tua Europa, a tua voz», em especial na perspectiva das eleições para o Parlamento Europeu de 2024;***
- ***Criar um painel de conselheiros do presidente para a juventude, que formulará recomendações práticas e orientadas para os resultados, reunindo uma variedade de perspectivas por parte de jovens ativistas, e apresentará propostas específicas com especial ênfase nas alterações climáticas.***

Um fórum mais equitativo

A defesa da democracia, do Estado de direito e dos valores fundamentais começa na nossa própria casa. Por conseguinte, o CESE aprofundará as suas reformas internas para reforçar a transparência, a integridade e a equidade.

O CESE opõe-se veementemente a qualquer forma de discriminação, incluindo a discriminação em razão do género. A igualdade de género tem raiz nos valores em que assenta a UE, cabendo promovê-la de forma holística e horizontal a todos os níveis.

A igualdade de género constitui uma condição prévia para alcançar uma Europa mais justa e mais forte. O CESE também tem um papel a desempenhar neste contexto, começando pelo exemplo que dá como assembleia e refletindo-se nas decisões que adota. Por conseguinte, é necessário um compromisso forte e claro para reforçar a igualdade de género no CESE.

Durante o meu mandato, promoverei continuamente uma cultura de igualdade de género ao longo da vida, com medidas adaptadas a cada fase da vida, em todas as atividades do CESE. Cabe não só integrar a dimensão de género em todos os trabalhos políticos do CESE, mas também promover ativamente a liderança feminina a nível interno.

Na qualidade de presidente recém-eleito do CESE, tenciono:

- **Reforçar o mandato do Grupo para a Igualdade**, a fim de assegurar a execução, acompanhar os progressos e, se necessário, propor medidas de adaptação para garantir o cumprimento dos objetivos;
- **Dar seguimento aos resultados do inquérito do Grupo para a Igualdade sobre a integração, a distribuição do trabalho e o bem-estar dos membros** e, se for caso disso, propor medidas que melhorem o equilíbrio de género no CESE;
- **Promover uma colaboração estratégica com a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho** sobre a integração da igualdade de género em todas as políticas pertinentes da UE;
- **Organizar mesas-redondas para integrar a igualdade de género em todas as atividades e todos os trabalhos políticos do CESE;**
- **Defender soluções estruturais para aumentar a percentagem de mulheres em todas as instâncias do CESE** e acompanhar atentamente os progressos realizados através de relatórios periódicos;
- **Aumentar a transparência do trabalho do CESE**, assegurar a participação estrutural no Registo de Transparência da UE e apoiar o organismo de ética da UE.

DEFENDER A EUROPA

Uma voz forte e com impacto

Uma instituição ouvida fora de portas

Através da participação de um vasto leque de partes interessadas, o CESE reforçará a sua missão enquanto órgão consultivo das instituições da UE e canal mais representativo para as partes interessadas e os cidadãos. Neste contexto, o trabalho e as prioridades do CESE devem ser comunicados de forma clara fora de portas. Uma reforma institucional aprofundada terá por objetivo dar mais força e impacto à voz do CESE. Ao longo do meu mandato, apoiarei uma nova abordagem do trabalho do CESE, com vista a uma sensibilização coerente das instituições da UE e das partes interessadas: mensagens mais claras através de um formato revisto dos pareceres, que permita identificar de forma direta as conclusões e recomendações de maior relevo.

*Na qualidade de **presidente recém-eleito do CESE**, tenciono:*

- *Fomentar uma presença influente e eficaz nas redes sociais e uma **reformulação global do sítio Web do CESE**, a fim de promover melhor as atividades, os eventos e os documentos do CESE;*
- *Assegurar uma **promoção ativa e um melhor acompanhamento das recomendações do CESE** junto das instituições e das partes interessadas, através de uma **colaboração forte a todos os níveis**;*
- *Introduzir um **novo formato dos pareceres** para permitir uma **identificação clara das recomendações da sociedade civil**;*
- *Abrir a **ferramenta informática NaviGate para divulgar o trabalho do CESE** e os seus pareceres ao longo das diferentes fases a todas as partes interessadas.*

Uma instituição baseada em dados concretos e orientada para o futuro

Enquanto casa da sociedade civil organizada europeia, o CESE é o melhor local para debater e antever as preocupações, os problemas ou os desafios dos cidadãos. Por conseguinte, a abordagem do trabalho do CESE deve basear-se em dados concretos e ser orientada para o futuro, a fim de contribuir da melhor forma para a agenda política das instituições da UE. O CESE poderia, assim, desempenhar um papel importante de avaliador prospetivo dos vários processos de transformação contemporâneos.

A adaptação a tempos de mudança exigirá que se tire o máximo partido do mandato consultivo do CESE definido no Tratado, identificando e interpretando pró-ativamente megatendências, identificando lacunas na legislação, elaborando propostas de planos de ação abrangentes e integrando sistematicamente a dimensão prospetiva nos seus debates. O desenvolvimento de uma perspetiva orientada para o futuro nos trabalhos do CESE permitiria também melhorar o seu posicionamento no processo de decisão e propor novas prioridades para a próxima Comissão.

Na qualidade de presidente recém-eleito do CESE, tenciono:

- **Reforçar as relações do CESE com os grupos de reflexão, associando-os à elaboração de pareceres selecionados;**
- **Rever a metodologia de elaboração dos pareceres e utilizar os pareceres exploratórios e de iniciativa para diagnosticar adequadamente os desafios a longo prazo;**
- **Apelar para a realização anual de uma cimeira do CESE com os grupos de reflexão;**
- **Realizar sistematicamente uma análise prospetiva nos pareceres do CESE;**
- **Tirar partido e promover o trabalho realizado no âmbito do «Apelo “Em prol de um Pacto Azul Europeu”», tendo em vista a sua integração nas novas prioridades da Comissão e uma eventual iniciativa de cidadania europeia.**

Desde os Tratados de Roma e a fundação do nosso Comité, o papel e as competências do CESE ganharam importância. Com os olhos postos no futuro, e na sequência da Conferência sobre o Futuro da Europa, é muito provável que esteja próxima uma nova convenção para a revisão dos tratados fundadores. Tenciono assegurar que o CESE está preparado para desempenhar plenamente o seu papel neste processo vindouro.

Na qualidade de presidente recém-eleito do CESE, tenciono:

- **Lançar uma análise aprofundada da participação do CESE e da sociedade civil nas anteriores negociações de revisão dos Tratados e explorar o seu potencial papel futuro, através da criação de um conjunto de boas práticas e do desenvolvimento de uma proposta viável para reforçar o papel do CESE, a fim de lhe conferir maior proeminência e aumentar a sua influência e visibilidade, incluindo recomendações específicas de alteração dos Tratados, se for caso disso.**

OLIVER RÖPKE, PRESIDENTE DO CESE

Dar impulso à agenda social da UE e salvaguardar a competitividade sustentável no século XXI

A nova presidência do CESE tem início num período marcado pelos efeitos sociais, geopolíticos e económicos de uma crise multifacetada: as consequências da pandemia de COVID-19; a agressão militar em curso da Rússia contra a Ucrânia e os países vizinhos, ameaçando os valores da democracia e da liberdade; a crise do custo de vida e a recente instabilidade bancária mundial. Ao mesmo tempo, a UE, juntamente com os seus parceiros internacionais, assumiu compromissos climáticos que exigem ações urgentes e sustentadas para evitar um falhanço coletivo a que não nos podemos permitir: a dupla transição ecológica e digital ainda está por realizar. As múltiplas crises atuais podem sabotar a resiliência da UE, agravando as desigualdades sociais e económicas e conduzindo ao aumento do populismo e do nacionalismo isolacionista.

Agora, mais do que nunca, a União Europeia tem de adotar decisões estratégicas para alcançar as metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e no Pacto Ecológico Europeu, com vista a reforçar a resiliência europeia e a alcançar uma autonomia estratégica aberta no contexto de uma ordem internacional assente em regras.

O que está em jogo é o futuro da Europa e, mais especificamente, o papel da União Europeia enquanto projeto de paz, valores partilhados e bem-estar para os seus cidadãos. A sociedade civil organizada tem um papel crucial a desempenhar na promoção das principais prioridades de hoje. O reforço da resiliência da UE exige a promoção simultânea da sustentabilidade social, económica e ambiental das políticas da UE.

O programa de prioridades políticas do CESE visa criar uma UE mais resiliente, através da aceleração da implantação do Pacto Ecológico e Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a fim de gerir a dupla transição.

Dar impulso à agenda social da UE

As múltiplas crises que a UE enfrenta puseram em destaque a necessidade de proteger o bem-estar dos cidadãos e de promover a inclusão social. Além disso, a transformação das nossas sociedades resultante da dupla transição ecológica e digital afeta a forma como os europeus vivem, consomem e trabalham.

Trinta anos após a criação do mercado único, o CESE deve centrar os seus esforços na convergência social e económica ascendente, não deixando ninguém para trás. Uma abordagem justa e centrada nas pessoas salvaguardará os direitos sociais, assegurará condições dignas no mercado de trabalho e combaterá a pobreza e a exclusão social. Neste contexto, o CESE deve apoiar a implementação de um Pacto Ecológico e Social, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Tendo em conta o impacto significativo da dupla transição ecológica e digital no trabalho e no emprego, o CESE deve apoiar a proteção dos trabalhadores e defender condições de trabalho sustentáveis, com vista a assegurar a convergência social e condições de concorrência equitativas para todos os trabalhadores. Por conseguinte, o CESE deve prosseguir as suas atividades de apoio: promoção da negociação coletiva, do diálogo social e da participação dos trabalhadores, incluindo a democracia no local de trabalho; convergência ascendente dos salários e das condições de trabalho em toda a Europa; combate ao trabalho precário; ação mais forte da UE para eliminar a disparidade salarial entre homens e mulheres; proteção dos postos de trabalho e dos rendimentos através de medidas de resposta à dimensão social da crise do custo de vida.

O desenvolvimento das aptidões e competências dos trabalhadores com vista à criação de novas oportunidades e à adaptação à era digital, em particular no contexto do Ano Europeu das Competências, são elementos cruciais para assegurar uma transição justa e equitativa. Uma vez que a dupla transição afetará também as condições de trabalho, é imperativo melhorar a proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos direitos laborais, bem como gerir as mudanças tecnológicas e outras mudanças no local de trabalho em conjunto com os parceiros sociais.

A proteção dos trabalhadores passa também pela proteção dos trabalhadores mais vulneráveis que enfrentam desigualdades sociais. A luta contra todas as formas de discriminação no mercado de trabalho deve continuar a ser uma prioridade, a fim de assegurar a igualdade de tratamento e de oportunidades. Cabe conceder especial atenção ao desenvolvimento de medidas estruturais para assegurar a igualdade de género no local de trabalho.

Em consequência das múltiplas crises, a inflação e o aumento dos preços da energia afetam todos, especialmente os cidadãos vulneráveis, o setor agrícola e as zonas rurais. Os níveis de pobreza e o número de pessoas sem-abrigo estão a aumentar. Neste contexto, o CESE deve trabalhar no sentido de assegurar a disponibilidade de energia limpa e a preços acessíveis para todos, bem como a igualdade de acesso à energia enquanto direito fundamental. As medidas de combate à pobreza energética e de capacitação dos consumidores na transição energética devem estar no cerne das prioridades políticas do CESE no domínio da energia. O CESE deve também abordar a questão das pessoas sem-abrigo e apoiar políticas de habitação sustentáveis e inclusivas.

Por último, as mudanças desencadeadas nos últimos anos pelas diversas crises conduziram a uma pressão crescente sobre os cidadãos, afetando amiúde o seu bem-estar mental. Face ao aumento dos problemas de saúde mental na UE, o CESE deve apoiar uma abordagem holística para tratar estas questões e propor medidas concretas para lhes dar resposta.

Salvaguardar a competitividade sustentável no século XXI

A economia da UE está centrada na luta contra a inflação e na proteção da estabilidade financeira, salvaguardando simultaneamente o crescimento económico e a coesão social. O objetivo de neutralidade climática fixado para 2050 impõe à indústria da UE uma adaptação rápida às tecnologias com emissões líquidas nulas e está a acelerar a procura de matérias-primas críticas. Do mesmo modo, a digitalização está a introduzir novas tecnologias suscetíveis de mudar a forma como trabalhamos. Em combinação com o processo em curso de regionalização do comércio, esta evolução tem impacto na competitividade da indústria da UE e no mercado interno.

É necessária uma estratégia a longo prazo para proteger o modelo europeu de crescimento económico, baseado na competitividade sustentável, na autonomia estratégica aberta e na concorrência leal. Uma componente essencial deste esforço será o mercado único. Por ocasião do seu 30.º aniversário, o mercado único ainda não está concluído. O CESE apelará para que se envidem mais esforços a fim de proporcionar às empresas da UE de todas as dimensões (incluindo as pequenas e médias empresas [PME]) um ambiente propício à inovação, ao investimento e ao crescimento. O CESE defenderá um mercado único sólido como fonte de prosperidade para as empresas da UE e para o bem-estar dos cidadãos da UE. Do mesmo modo, cabe assegurar que a nossa indústria está preparada para a dupla transição digital e ecológica, a fim de realizar o objetivo de neutralidade climática da Europa até 2050. As mudanças geopolíticas recentes na sequência da guerra ofensiva em curso da Rússia contra a Ucrânia demonstraram claramente que é necessário reduzir as nossas dependências estratégicas, sobretudo no tocante às matérias-primas críticas, à energia e ao abastecimento alimentar, mantendo simultaneamente a competitividade à escala mundial. O CESE está convicto de que uma política industrial da UE resiliente deve assentar em tecnologias limpas e soluções circulares, numa abordagem da digitalização centrada no ser humano e inclusiva, bem como numa abordagem sustentável da segurança energética e na autonomia estratégica aberta no comércio internacional.

Por último, a revisão do quadro de governação económica é crucial para criar uma economia da UE mais resiliente e sustentável. Um quadro mais simples, mais transparente e eficaz, com melhores níveis de apropriação nacional e de execução, contribuirá para construir a economia ecológica, digital e resiliente do futuro, promovendo o crescimento inclusivo e assegurando simultaneamente a sustentabilidade das finanças públicas em todos os Estados-Membros.

Esta evolução, associada ao reforço da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais, contribuirá para reforçar a estabilidade financeira na área do euro. O CESE continuará a contribuir para o ciclo do Semestre Europeu e apoiará a conclusão da União dos Mercados de Capitais e da União Bancária enquanto componentes fundamentais para assegurar uma recuperação sustentável e inclusiva.

O CESE está convicto de que a UE continuará a ser uma fonte de prosperidade e tenciona dar um contributo para definir a resposta a estes desafios, promovendo simultaneamente o diálogo social, salários justos e sistemas de negociação coletiva enquanto elementos essenciais do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e do modelo social europeu.

PRIORIDADES POLÍTICAS SELECIONADAS COM BASE NOS CONTRIBUTOS DO SECRETARIADO

Acelerar a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A viabilidade da consecução dos ODS até 2030 está consideravelmente ameaçada pelas múltiplas crises mundiais, interligadas entre si, que enfrentamos. No entanto, os ODS continuam a ser o nosso farol e a nossa bússola, pois são a única visão universal para a paz, a prosperidade socioeconómica e a sustentabilidade ambiental de que dispomos. A não aplicação dos princípios dos ODS em matéria de inclusão social, energia limpa, acesso universal aos serviços públicos e consumo e produção responsáveis provocará ainda mais crises e rivalidades geopolíticas.

O CESE tem um papel fundamental a desempenhar na promoção da aplicação dos ODS, tal como demonstrado pelo recente contributo para a revisão voluntária da UE a apresentar no Fórum Político de Alto Nível em Nova Iorque, no verão de 2023.

O CESE dará particular destaque a determinadas questões específicas: a necessidade de uma estratégia global da UE para os ODS, a fim de assegurar a coerência entre políticas; a necessidade de uma participação mais estruturada da sociedade civil no processo de decisão, podendo o CESE proporcionar um espaço de debate para a sociedade civil dialogar com os decisores políticos; a importância da dimensão social da sustentabilidade, uma vez que a transformação só será bem-sucedida se assentar num amplo apoio, numa transição justa e na participação ativa de todos os setores da sociedade.

Participação dos jovens no domínio do clima e da sustentabilidade

O aspeto intergeracional das políticas no domínio do clima e do desenvolvimento sustentável e respetivos mecanismos de execução deve refletir-se numa participação forte e significativa dos jovens em todas as etapas dos processos de decisão da UE, desde a elaboração de propostas e iniciativas legislativas até à sua execução, monitorização e acompanhamento. A execução dos ODS através do Pacto Ecológico Europeu exige uma nova abordagem: um modelo de governação mais inclusivo, com a participação de várias partes interessadas, que coloque os jovens no centro do processo de participação e vá muito além de reuniões «ad hoc» e de meras consultas.

O CESE prosseguirá os seus esforços para incluir os pontos de vista dos jovens no seu trabalho, e apelará às outras instituições para que associem os jovens de forma mais estrutural e significativa. Em particular, o CESE: continuará a organizar as mesas-redondas da juventude para o clima e a sustentabilidade e a incluir um delegado da juventude nas delegações do Comité às reuniões da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas; aplicará a avaliação da perspectiva dos jovens pela UE a fim de desenvolver uma abordagem coerente da participação dos jovens no CESE e explorar outras ideias ambiciosas para associar os jovens, dando seguimento à sua Resolução – Impacto duradouro do Ano Europeu da Juventude: integração e capacitação da juventude.

Economia circular

A Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular é uma iniciativa com grande êxito dedicada à promoção da economia circular dentro e fora da Europa. Esta plataforma apoia as empresas, as organizações da sociedade civil e os poderes públicos na aceleração da transição para a economia circular em toda a Europa, fomentando o diálogo, a partilha de conhecimentos e competências especializadas e o intercâmbio de boas práticas através de um sítio Web.

O CESE basear-se-á no êxito das principais atividades de sensibilização da Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular, como as conferências circulares da UE, no âmbito das quais se realizam intercâmbios de alto nível sobre temas atuais da economia circular, e a sua conferência anual. As considerações relativas à economia circular devem ser igualmente integradas noutros domínios de intervenção, como os sistemas alimentares sustentáveis e o desenvolvimento rural.

Uma transição ecológica para a indústria europeia

O objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa na UE em 55% até 2030 constitui um desafio e requer um roteiro claro para uma transição justa nas próximas décadas. Todos os setores industriais terão de sofrer mudanças profundas. Uma condição fundamental para o êxito da transição energética e climática é a sua aceitação pelos cidadãos da UE, pelo que importa assegurar o acesso a empregos de qualidade e a produtos a preços acessíveis.

O «Pacto Azul Europeu» acrescenta uma nova dimensão ao roteiro do Pacto Ecológico proposto pela Comissão. O CESE, que exorta as instituições da UE a elaborarem esta nova política global da UE no domínio da água, deverá acompanhar a sua aplicação ao longo do mandato da próxima Comissão.

Algumas questões específicas merecerão especial atenção, nomeadamente: a necessidade de um «Pacto Azul Europeu» – o CESE continuará a assegurar a coordenação geral do seguimento deste tema transversal; a necessidade de apoiar a ecologização das indústrias, em particular das indústrias com utilização intensiva de recursos, bem como a adoção de tecnologias limpas, incluindo tecnologias eficientes na utilização de recursos hídricos; e a necessidade de participar nos debates políticos da UE sobre os aspetos sociais da transição energética e climática, tirando partido dos conhecimentos especializados do Comité para identificar desafios e propor soluções tendo em vista um tratamento justo dos cidadãos da UE no que diz respeito ao emprego e a produtos, energia e serviços a preços acessíveis para todos.

Um esforço global para digitalizar a indústria europeia

A digitalização abre novas possibilidades para a indústria da UE e para o setor dos serviços no seu conjunto e gera novos tipos de desafios, como a conceção de instrumentos de apoio para assegurar que as indústrias da UE, de grande ou pequena dimensão, se encontram em pé de igualdade na aquisição destas novas tecnologias. Tal implica igualmente prestar especial atenção ao futuro dos empregos industriais, não para evitar, mas para gerir a mudança que este processo provocará na nossa indústria e sociedade, e promover uma transição justa e uma abordagem destas mudanças centrada nas pessoas.

O CESE: apoiará o desenvolvimento, em conformidade com as normas europeias, de novos setores tecnológicos, como o metaverso, e analisará os impactos da inteligência artificial nos diversos setores industriais; continuará empenhado nas tecnologias essenciais e de ponta, nomeadamente em temas como a robótica e os drones; procurará participar em atividades paralelas que apoiem a competitividade industrial global da UE, incluindo a participação em alianças industriais que abordem temas relacionados com a digitalização, seguindo o modelo da participação na Aliança Europeia das Matérias-Primas; e apoiará um envolvimento mais estruturado da sociedade civil no processo, uma vez que a transformação só será bem-sucedida se assentar num amplo apoio, numa transição justa e na participação ativa de todos os setores da sociedade.

Reforçar a competitividade global e a autonomia estratégica aberta da indústria da UE

Assegurar a competitividade global da indústria da UE tem sido, desde há vários anos, um objetivo fundamental da política industrial proposta pela Comissão. Para além da dimensão interna, muitas questões relacionadas com a dimensão externa têm claramente um forte impacto na competitividade industrial da UE. A necessidade de uma autonomia estratégica aberta tem-se tornado mais evidente. Importa também abordar a forma de mobilizar os fundos públicos e os auxílios estatais para apoiar a indústria sem gerar distorções, bem como os critérios de utilização e atribuição desses fundos. Para o efeito, o CESE centrar-se-á nas cadeias de valor estratégicas.

O CESE: trabalhará numa estratégia global da UE para as matérias-primas críticas e continuará também a participar na Aliança Europeia das Matérias-Primas; apoiará uma maior autonomia aberta de setores estratégicos, como a defesa, o espaço e os circuitos integrados; contribuirá para repensar a forma como as empresas se protegem contra as violações de dados, os ciberataques e a espionagem digital.

Reformas para uma economia da UE resiliente

O contexto económico atual coloca desafios à aplicação de uma política económica que vise simultaneamente reduzir a inflação e assegurar o crescimento económico, o emprego e a sustentabilidade das finanças públicas a médio e longo prazo. O CESE formulará recomendações que ajudem os decisores políticos a elaborar políticas destinadas a assegurar uma recuperação sustentável e inclusiva e a construir uma economia da UE resiliente, abordando simultaneamente as transições ecológica e digital.

O CESE continuará a apresentar recomendações semestrais relativas à recomendação da Comissão Europeia sobre a política económica da área do euro e à Análise Anual do Crescimento Sustentável, a fim de fornecer um contributo atempado e atualizado para o processo de coordenação das políticas económicas no âmbito do ciclo anual do Semestre Europeu.

O CESE apresentará igualmente novas recomendações relativas à revisão do quadro de governação económica da UE, uma vez que é necessário dispor de uma forte coordenação das políticas orçamentais e estruturais, bem como de uma supervisão económica e orçamental eficaz.

Apresentará também propostas para a reforma dos procedimentos de consulta e coordenação no âmbito do Semestre Europeu, a fim de tornar os processos mais simples, mais democráticos e transparentes. Através do seu grupo específico para o Semestre Europeu, o CESE prosseguirá os seus esforços para realizar amplas consultas com a sociedade civil organizada da UE, a fim de acompanhar a execução dos planos nacionais no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e assegurar a participação da sociedade civil, tanto a nível da UE como a nível nacional.

Concluir a União dos Mercados de Capitais e a União Bancária

Os mercados financeiros da UE devem ser integrados e estáveis, a fim de apoiar a recuperação europeia e voltar a colocar a UE na via da transição para uma economia com impacto neutro no clima e cada vez mais digital, caracterizada por um crescimento económico sustentável e inclusivo. A recuperação dependerá fundamentalmente da capacidade dos mercados financeiros europeus de assegurarem liquidez suficiente e uma melhor partilha de riscos. É imperativo tomar medidas decisivas para desenvolver uma União dos Mercados de Capitais eficiente e integrada e uma verdadeira União Bancária, que inclua todos os Estados-Membros e vise uma maior harmonização, bem como a eliminação dos obstáculos transfronteiras, salvaguardando simultaneamente uma regulamentação e uma supervisão adequadas. A Comissão Europeia deverá continuar a aplicar o Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais. A revisão do atual quadro em matéria de supervisão bancária, insolvência, dispositivos de resolução e sistemas de garantia de depósitos terá uma importância significativa.

Na próxima metade do mandato, o CESE: trabalhará em domínios estratégicos fundamentais, como a gestão da crise bancária e o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos; contribuirá para o debate sobre o financiamento sustentável; organizará audições públicas sobre estes temas importantes; procurará aumentar a participação dos relatores do CESE nas reuniões e audições da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu; e desenvolverá um contacto mais estreito com a representação permanente junto da UE dos países que exercem a Presidência do Conselho da UE, a fim de promover uma participação mais ativa dos membros do CESE em eventos importantes, como o seminário de alto nível e o fórum da Eurofi.

Um quadro financeiro plurianual adequado para enfrentar os desafios do futuro, incluindo uma política de coesão forte

O CESE solicitou repetidamente que o quadro financeiro plurianual (QFP) se oriente para o emprego, o crescimento e a competitividade, e apelou para um orçamento da UE sólido, dotado de recursos financeiros adequados para alcançar os objetivos da União. O CESE continuará a debater a forma como o orçamento da UE pode ser financiado em maior medida por verdadeiros recursos próprios.

A política de coesão deve desempenhar um papel fundamental e central na garantia de uma recuperação equilibrada rumo a um crescimento sustentado, promovendo a convergência, combatendo a exclusão social e assegurando que ninguém fica para trás. O CESE continuará a insistir em que a coesão contribua para o avanço das políticas acordadas em matéria de digitalização e acessibilidade dos serviços, reindustrialização, PME e serviços de banda larga nas regiões.

O CESE: elaborará um parecer sobre a revisão intercalar do quadro financeiro plurianual; apresentará propostas à Comissão sobre os novos recursos próprios para o orçamento da UE, na sequência de um pedido da Comissão; elaborará um parecer sobre o futuro da política de coesão após 2027; continuará a apresentar propostas para uma política de coesão que corresponda às necessidades reais dos cidadãos da UE e que cumpra os objetivos a longo prazo de convergência entre as regiões da UE; e elaborará um parecer sobre as regiões insulares, montanhosas e escassamente povoadas da UE, a fim de sublinhar que todas as regiões da UE necessitam de um crescimento e um desenvolvimento equilibrados.

Recuperação económica e social do impacto da pandemia e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e do consequente aumento dos preços da energia e do custo de vida

O CESE tem defendido sistematicamente uma convergência ascendente e uma política social mais eficaz, tanto a nível da UE como dos Estados-Membros. A aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais reafirma o empenho comum em prol do modelo social europeu.

Na transição ecológica e digital em curso, as novas formas de trabalho, a proteção dos direitos coletivos, o impacto nas condições de trabalho, a luta contra a elevada taxa de desemprego, o trabalho precário e a pobreza, a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a inclusão e a igualdade em todas as suas dimensões, bem como as competências, continuarão a ser questões importantes que cabe abordar.

As evoluções recentes no domínio da inteligência artificial poderão alterar de forma radical a necessidade de trabalhadores altamente qualificados e perturbar os processos económicos e de produção.

Na próxima metade do mandato, o CESE centrar-se-á nos seguintes aspetos: a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, as condições de trabalho, as novas formas de trabalho e as suas repercussões no emprego dos jovens e das mulheres, os sistemas de proteção social (prestação de cuidados e igualdade em todas as suas dimensões, incluindo a igualdade de rendimentos); o impacto da inteligência artificial no mercado de trabalho e no emprego; e a integração da perspetiva da juventude/avaliação da perspetiva dos jovens pela UE.

Direitos fundamentais e Estado de direito

Os direitos e valores fundamentais e o Estado de direito continuam a ser objeto de ataques em muitos países, verificando-se um crescimento de movimentos populistas e retrocessos democráticos.

A inteligência artificial tem potencial para aumentar maciçamente a desinformação direcionada, substituir os trabalhadores humanos altamente qualificados num vasto leque de funções e ser utilizada para fins de coerção e controlo.

O CESE apoiará firmemente a aplicação do pacote para a defesa da democracia da Comissão Europeia e centrar-se-á nos direitos fundamentais no âmbito da implantação da inteligência artificial.

Migração

A migração continuará a ser alimentada pelos conflitos, pelas alterações climáticas e pelas desigualdades económicas. O CESE centrar-se-á numa gestão da migração que esteja em conformidade com as obrigações decorrentes do direito da UE e do direito internacional e tenha em conta a evolução demográfica e as necessidades económicas da UE.

Uma vizinhança segura e estável

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia não é apenas uma ameaça para os valores em que se baseia a União Europeia, é também a prova definitiva de que a ordem mundial assente em regras está a ser questionada e de que entrámos numa fase geopolítica mais instável, que teremos de gerir em conjunto.

A nossa vizinhança imediata deve continuar a ser a nossa prioridade. A Parceria Oriental tem estado sob forte pressão nos últimos anos, primeiro pela decisão da Bielorrússia de suspender a sua participação e, em seguida, pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Ao passo que a Bielorrússia vive ainda sob o regime opressivo que asfixiou a sua democracia, a Ucrânia está a lutar pela sua liberdade e a Moldávia prossegue a sua trajetória europeia, apesar da constante pressão russa.

Na próxima metade do mandato, o CESE procurará reforçar e promover o trabalho das plataformas da sociedade civil UE-Ucrânia, UE-Moldávia e UE-Geórgia, criadas pelos acordos de associação celebrados com estes países. As atividades e as reuniões periódicas destas plataformas são fundamentais para orientar estes países na via da integração europeia. Serão igualmente mantidos contactos permanentes com a sociedade civil da Arménia através da respetiva plataforma da sociedade civil.

O CESE continuará a apoiar, no interior e no exterior do país, a sociedade civil independente da Bielorrússia, que se encontra sob enorme pressão do regime. Acompanharemos igualmente a evolução da sociedade civil no Azerbaijão e insistiremos num verdadeiro diálogo civil e social.

Há vários anos que os países dos Balcãs Ocidentais aguardam a adesão à UE. A sociedade civil destes países coopera constantemente com o CESE e incentiva melhorias contínuas no que diz respeito ao alinhamento com a legislação e os valores da UE, a fim de finalmente ver coroados de êxito os seus esforços para fazerem parte da família europeia, e também em prol da paz e da estabilidade na região.

Há que prosseguir o diálogo com os países do Mediterrâneo, muitos dos quais se encontram numa situação política delicada e enfrentam enormes desafios sociais e económicos. A Cimeira Euro Mediterrânica em que o CESE participa continuará a promover um diálogo social significativo na região e centrar-se-á em prioridades comuns, como a adaptação às alterações climáticas, a segurança do aprovisionamento energético e a gestão eficaz dos fluxos migratórios.

Trabalhar com parceiros em prol de sociedades justas e equitativas que respeitem os direitos humanos

Atualmente, assistimos a um aumento das desigualdades à escala mundial. A pandemia de COVID-19 agravou a situação, desfazendo anos de progressos, e a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia desviou a atenção de outros desafios críticos. A comunidade internacional deve retomar os seus esforços para reduzir as desigualdades e confirmar a sua adesão à ordem internacional assente em regras e aos direitos humanos universais. O ano de 2023 proporciona uma boa ocasião a este respeito, uma vez que se assinala o 75.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Este ano constitui igualmente um marco importante para a revisão intercalar da aplicação dos ODS.

A fim de contribuir para estes esforços, o CESE pretende: colaborar com a sociedade civil dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e da América Latina na promoção de compromissos fundamentais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, incluindo os direitos laborais e de género fundamentais; acompanhar a forma como a execução de projetos no âmbito da iniciativa Global Gateway da UE contribui para a consecução desses objetivos; refletir, através de pareceres e atividades específicas, sobre o reforço da diplomacia climática da UE, a luta contra a desinformação e a influência estrangeira, bem como sobre o contributo que a sociedade civil pode dar para o reforço do multilateralismo e dos princípios internacionais fundamentais em prol de uma ordem assente em regras num mundo em rápida mutação.

Promover um comércio sustentável que seja benéfico para todos

O acompanhamento pela sociedade civil da negociação, da aplicação e do cumprimento dos acordos comerciais é fundamental para preservar a competitividade da UE e reforçar a resiliência em tempos de crise.

O CESE: continuará a prestar apoio administrativo e político aos grupos consultivos internos (GCI) criados pelos acordos comerciais da UE; assegurará que quaisquer lacunas em matéria de direitos ambientais e laborais sejam efetivamente colmatadas na UE e nos países parceiros; promoverá a sustentabilidade do comércio a nível da UE e na Organização Mundial do Comércio através da organização do 2.º Fórum da Sociedade Civil sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável.

Estudos e avaliações de políticas: por um trabalho consultivo do CESE mais baseado em dados concretos

«Permacrise», «policrise»: são inventados novos termos para tentar descrever a situação e os acontecimentos dramáticos que perturbam e afetam profundamente as nossas sociedades.

Esta situação põs em evidência as vulnerabilidades e a falta de preparação da UE para os desafios de um mundo em crise permanente, e insta-nos a agir e a responder de forma adequada. No entanto, a resposta não pode ser tentar continuamente recuperar das crises e atenuá-las com medidas de curto prazo quando estas nos atingem. A UE deve antecipar-se às crises, tentando eventualmente evitá-las. Para o efeito, devemos explorar, antever e até tentar moldar o futuro.

Graças aos conhecimentos dos seus membros e redes, o CESE está perfeitamente apto a contribuir para este processo da UE, tornando a prospetiva da União um processo mais eficiente e participativo.

Para o efeito, o CESE deve exercer uma maior influência nas atividades prospetivas da UE e fornecer um contributo mais significativo para as mesmas, nomeadamente desenvolvendo o seu papel na agenda de prospetiva estratégica da UE e, mais especificamente, na elaboração do relatório anual de prospetiva estratégica que, por sua vez, alimenta o discurso sobre o estado da União. Ao solicitar, reunir e transmitir os pontos de vista das partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil, grupos de reflexão e peritos, o CESE desempenhará o seu papel de representante da sociedade civil e assegurará que as atividades de prospetiva da UE sejam verdadeiramente participativas.

O CESE continuará a desenvolver a sua cooperação com as outras instituições da UE, tanto através de relações bilaterais como no âmbito da rede interinstitucional do Sistema de Análise da Estratégia e Política Europeias.

A fim de explorar plenamente o seu potencial, o CESE continuará a sensibilizar os seus membros e o seu pessoal para a importância de adotar uma abordagem baseada na prospetiva no seu trabalho, bem como a reforçar as suas capacidades através de ações de formação regulares, da organização de seminários e conferências e da participação em eventos externos sobre prospetiva.

A legislação e a elaboração de políticas da UE devem basear-se em dados concretos, a fim de avaliar melhor e ter em conta o que funcionou e o que não funcionou, o que é necessário alterar e melhorar, bem como os elementos de que as nossas sociedades, os nossos cidadãos e a Europa realmente necessitam para enfrentar os enormes desafios com que se deparam.

O programa de estudos anual é cada vez mais utilizado pelos serviços do CESE para apoiar ou implementar as prioridades políticas, principalmente conferindo a peritos externos a tarefa de estudar questões de atualidade que interessam a sociedade civil organizada, o que proporciona uma base factual cada vez maior para o nosso trabalho legislativo.

Um objetivo a médio prazo do programa de estudos consiste em realizar avaliações mais orientadas para o futuro e participativas que possam ser reanalisadas para reforçar e expandir as capacidades de prospetiva.

O CESE desenvolverá o seu contributo para o Programa Legislar Melhor, proporcionando o valor acrescentado da perspectiva da sociedade civil na fase de avaliação do ciclo político legislativo da UE mediante avaliações «ex post» e tornando o seu próprio trabalho consultivo mais baseado em dados concretos.

Reforçar a competitividade da indústria europeia e apoiar a transição rápida para a neutralidade climática

A competitividade da indústria europeia continuará a ser um tema importante nos próximos anos. As recentes iniciativas de apoio às indústrias nacionais em diversas partes do mundo suscitaram muitas preocupações na UE. A União deve reagir, mas, ao mesmo tempo, deve salvaguardar a integridade do seu mercado único. No entanto, o contexto atual não permite considerar a competitividade da indústria independentemente da dimensão ecológica. Por conseguinte, o objetivo da UE já não é apenas manter uma base industrial competitiva, mas também financiar a transição para uma indústria sustentável, alcançar a neutralidade carbónica até 2050, descarbonizar a indústria europeia e garantir o acesso a energia não fóssil, a preços acessíveis.

É também fundamental ter em conta os interesses dos trabalhadores nesta equação. A transição para uma economia hipocarbónica terá provavelmente impactos significativos no emprego e nas oportunidades de emprego, em particular nas indústrias que dependem fortemente dos combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, pode também ser vista como uma oportunidade para criar empregos em novos ecossistemas industriais e colocar a tónica nas competências específicas a desenvolver nos Estados-Membros e nas regiões.

O CESE prosseguirá os seus trabalhos sobre o Plano Industrial do Pacto Ecológico. Dará uma resposta global aos diferentes aspetos da iniciativa da Comissão, que exigirão atenção e ação política. Deve assegurar-se um acompanhamento adequado, em colaboração com a Comissão Europeia, as Presidências rotativas do Conselho e as outras instituições.

O CESE deverá também abordar a procura crescente de mão de obra qualificada e de pessoal com competências adequadas nas administrações públicas encarregadas de avaliar os diversos projetos industriais.

Também se prestará atenção à aplicação das políticas e estratégias da UE, concebendo instrumentos mais eficazes para avaliar o seu impacto na economia, mas também na sociedade.

Apoiar o empreendedorismo em todas as suas formas: PME e empresas da economia social

O empreendedorismo, nas suas diversas formas e em todos os setores de atividade (incluindo o turismo, a indústria, a economia das plataformas e a economia social), é crucial para o crescimento económico, a inovação, o emprego e a inclusão social. É fundamental apoiar a transição ecológica e digital das PME e identificar os obstáculos que ainda enfrentam no acesso ao mercado único.

As PME desempenharão também um papel significativo no Plano Industrial do Pacto Ecológico, uma vez que representam a grande maioria das empresas da UE e têm potencial para impulsionar a inovação e promover a sustentabilidade.

O CESE continua a desempenhar um papel importante a nível interinstitucional na promoção do empreendedorismo social e da economia social, bem como no acompanhamento do impacto da evolução deste setor nas PME tradicionais. Desde a adoção do Plano de Ação para a Economia Social, as empresas da economia social tornaram-se ainda mais importantes para alcançar uma economia resiliente e uma transição justa.

O CESE: acompanhará a transformação sustentável das PME através da recolha e comunicação de boas práticas; examinará o papel das PME no Plano Industrial do Pacto Ecológico e o apoio que este lhes proporciona; promoverá a resiliência financeira das PME e contribuirá para o próximo pacote de ajuda às PME (Diretiva Atrasos de Pagamentos); apoiará a execução do Plano de Ação para a Economia Social, cooperando estreitamente com as Presidências rotativas do Conselho; e contribuirá para a proposta da Comissão sobre uma recomendação do Conselho relativa ao desenvolvimento de condições-quadro para a economia social.

Capacitar os consumidores para a transição ecológica e digital

A consecução dos objetivos do Pacto Ecológico exige o contributo de cada europeu. São cada vez mais os consumidores a tomar consciência de que podem fazer a diferença adaptando os seus padrões de consumo. Embora os consumidores queiram contribuir para a transição ecológica, deparam-se com obstáculos nesse percurso.

A UE deve reforçar os direitos dos consumidores e contribuir para uma economia europeia circular, limpa e ecológica. Os consumidores devem poder tomar decisões de compra informadas e contribuir, assim, para um consumo mais sustentável.

O CESE continuará a desenvolver a sua relação de trabalho frutuosa com a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu sobre questões relacionadas com os consumidores. A organização do Dia do Consumidor, uma iniciativa emblemática, continua a ser uma prioridade. Este evento continuará a dar voz aos consumidores todos os anos, a fim de disponibilizar informações sobre os debates em curso.

O CESE participará igualmente no processo de seguimento dos pareceres sobre o Pacto Azul e considerará a possibilidade de integrar este tema no quadro do consumo sustentável.

Para além da crise energética: alcançar uma segurança energética sustentável, justa e estratégica

A crise energética que teve início em 2021 e foi agravada pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia em 2022 impôs uma reação rápida a nível da UE e dos Estados-Membros no que diz respeito à política energética. No último ano, foi adotada nova legislação em matéria de armazenamento de gás, promoção de fontes de energia renováveis, preços da eletricidade, fontes alternativas de aprovisionamento energético, novas infraestruturas energéticas e medidas fiscais excecionais.

Uma série de políticas específicas, relacionadas com a crise atual, merecerão uma atenção constante, centrada no papel fundamental das organizações da sociedade civil na promoção dos interesses sociais, laborais e civis, na equidade para os agentes económicos e na preservação do objetivo comum de uma transição ecológica e socialmente justa: luta contra a pobreza energética; qualificação e requalificação da mão de obra; adoção de novas formas de produção e consumo de energia, em particular através das comunidades locais de energia; e a introdução de uma reforma dos mercados da eletricidade que preserve a igualdade de condições económicas no mercado interno da UE.

O contributo das políticas de habitação para a coesão económica, social e territorial

A habitação é cada vez mais considerada pelos diversos intervenientes um motor fundamental de qualquer política destinada a alcançar a coesão social e o bem-estar comum. Abordar as políticas de habitação nos Estados-Membros será fundamental para fornecer um verdadeiro contributo em vários domínios.

Durante a nova Presidência do CESE, serão tratadas as seguintes prioridades: acessibilidade dos preços para combater a inflação; isolamento eficaz para contribuir para a eficiência energética; acesso à habitação para as pessoas vulneráveis a fim de alcançar a coesão social; promoção de materiais de construção sustentáveis, a fim de contribuir para a transição ecológica; desenvolvimento urbano sustentável para facilitar transportes urbanos adequados, alcançar a coesão territorial e combater as desigualdades.

Ecologização dos transportes: dar resposta às necessidades dos utilizadores, dos cidadãos e das organizações da sociedade civil

Acelerar a transformação e a ecologização de todos os meios de transporte será uma componente fundamental da transição ecológica. Mais uma vez, é necessário transmitir os pontos de vista dos trabalhadores do setor dos transportes, dos consumidores, das empresas e das organizações da sociedade civil.

Na próxima metade do mandato, o CESE prestará atenção à elaboração de propostas legislativas em matéria de: redução das emissões, digitalização, meios de transporte alternativos na mobilidade urbana; descarbonização do transporte de passageiros e de mercadorias nos transportes terrestres, aéreos e marítimos (incluindo meios de transporte profissionais, como os navios de pesca); e um espaço comum europeu de dados sobre a mobilidade.



**Comité Económico
e Social Europeu**

Rue Belliard/Belliardstraat 99
1040 Bruxelles/Brussel
BELGIQUE/BELGIË

Responsável editorial: Unidade de Visitas e Publicações
EESC-2023-35-PT

www.eesc.europa.eu/en/our-work/publications-other-work/publications/stand-democracy-speak-europe



© União Europeia, 2023

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Para uso ou reprodução das fotografias / ilustrações, é necessário pedir autorização diretamente ao(s) titular(es) dos direitos de autor.

Cover: ©Getty Images



Serviço das Publicações
da União Europeia



Print:
QE-04-23-432-PT-C
ISBN 978-92-830-6012-3
doi: 10.2864/734422

Online:
QE-04-23-432-PT-N
ISBN 978-92-830-6036-9
doi: 10.2864/362

PT